

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.744 - MG (2019/0297802-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : VINÍCIUS DOUGLAS TEODORO PEREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Recurso ordinário interposto por **Vinicius Douglas Teodoro Pereira** contra o acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou o *Habeas Corpus* n. 10000190972257000 (fl. 115):

HABEAS CORPUS - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA - LIBERDADE PROVISÓRIA - IMPOSSIBILIDADE - REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. Não há ilegalidade na decretação da prisão preventiva quando demonstrado, com base na gravidade concreta da conduta criminosa, que a segregação é necessária para acautelar a ordem pública. A reiteração de conduta delituosa, comprovada pelos inquéritos e ações penais em curso, aliada ao comportamento do paciente, que estava em liberdade provisória quando cometeu novo crime, indica concretamente sua propensão em cometer delitos, razão pela qual a manutenção de sua prisão se mostra necessária.

Consta dos autos que o recorrente está preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (cinco pinos de cocaína).

Alega o recorrente, em síntese, que não há fundamentação idônea para a manutenção da prisão cautelar, estando a decisão baseada apenas na gravidade abstrata do crime.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso, no qual, nesse exame preliminar, a prisão cautelar está calcada na periculosidade do recorrente, evidenciada a possibilidade de reiteração delitiva. Anote-se (fl. 39):

Compulsando os autos, verifico que há prova inequívoca da existência do crime e indícios suficientes da autoria, consoante se detrai dos depoimentos colhidos em sede policial às fls. 04/07, do auto de apreensão de fl. 10, laudo de exame preliminar de drogas de abuso de fl. 11 e boletim de ocorrência de fls. 14/15.

Igualmente, restou demonstrada a circunstância autorizadora da prisão

Superior Tribunal de Justiça

preventiva, prevista no artigo 312 do Código de Processo Penal, ou seja, a garantia da ordem pública merece ser acautelada, uma vez que, conforme FAC situada às fls. 18/20 e CAC à fl. 16, o autuado possui anotação pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, cometido em 19/01/2019, ocasião em que lhe foi concedida liberdade provisória mediante o cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão, porém, o indiciado, em total desafio ao ordenamento jurídico e a paz social, descumpriu as medidas impostas, reiterando o envolvimento com o tráfico de drogas.

Desta sorte, indene de dúvidas que a prisão preventiva é a medida que se impõe, como forma a garantir a ordem pública.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, especialmente quanto ao atual andamento da ação penal.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator